

UMA DISCUSSÃO SOBRE OS USOS CONTEMPORÂNEOS DA PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES, EM ANGRA DOS REIS (RJ)

Leandro da Silva Cruz ¹
Altair Sancho Pivoto dos Santos ²

RESUMO

O artigo analisa a Praça Zumbi dos Palmares, em Angra dos Reis (RJ), e seus usos a partir da relação entre espaço público, urbanização e turistificação. Adota-se como referencial teórico a concepção de espaço enquanto produto-produtor das relações sociais, baseado em Lefebvre e Milton Santos, e a compreensão do espaço público como arena de conflitos e sociabilidade, baseado nas contribuições de Paulo César da Costa Gomes. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, análise documental em periódicos e canais institucionais, além de trabalho de campo voltado à observação dos usos e atividades desenvolvidas no local. Os resultados demonstram que, embora a praça tenha sido concebida em 2008 como parte de um projeto de revitalização urbana associado à valorização turística do centro histórico, sua apropriação atual é predominantemente realizada pela população residente. Identificaram-se práticas vinculadas ao comércio de pescados, feiras, atividades culturais e eventos públicos, configurando a praça como espaço de lazer e cultura. Essa situação evidencia a contradição entre a concepção turística do espaço e seus usos sociais efetivos, reafirmando o caráter do espaço público como território de disputa, negociação e resistência. Conclui-se que a Praça Zumbi dos Palmares, ainda que submetida a processos de turistificação, mantém centralidade para a vida urbana local, funcionando como espaço de memória e sociabilidade, além de constituir exemplo das tensões presentes na produção do espaço público em cidades turísticas.

Palavras-chave: Espaço Público, Apropriação social, Turistificação, Horizontalidades.

ABSTRACT

The article analyzes Praça Zumbi dos Palmares, in Angra dos Reis (RJ), and its uses through the relationship between public space, urbanization, and touristification. The theoretical framework adopts the conception of space as a product and producer of social relations, based on Lefebvre and Milton Santos, and the understanding of public space as an arena of conflict and sociability, drawing on the contributions of Paulo César da Costa Gomes. Methodologically, the research is based on a literature review, documentary analysis of journals and institutional sources, and fieldwork focused on observing the uses and activities developed in the square. The results show that, although the square was conceived in 2008 as part of an urban revitalization project associated with the touristic valorization of the historic center, its current appropriation is predominantly carried out by the local population. Identified practices include fish trade, fairs, cultural activities, and public events, which configure the square as a space of leisure and culture. This situation highlights the contradiction between the touristic conception of the space and its effective social uses, reaffirming the character of public space as a territory of dispute, negotiation, and resistance. It is concluded that Praça Zumbi dos Palmares, even when subjected to processes of touristification, remains central to local urban life, functioning as a space of memory and sociability, while also constituting an example of the tensions present in the production of public space in tourist cities.

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, leandro.silva.cruz09@gmail.com;

² Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, altairsancho@hotmail.com;

Keywords: Public Space, Social Appropriation, Touristification, Horizontalities.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma das discussões presentes na pesquisa de mestrado em desenvolvimento, a qual se debruça a investigar o processo de apropriação social da Praça Zumbi dos Palmares, em Angra dos Reis (RJ), focando nas disputas entre os diferentes agentes sociais envolvidos. Sendo assim, o município de Angra dos Reis, localizado no Sul Fluminense, é um dos principais destinos turísticos do Brasil, notoriamente conhecido pelas diversas praias e ilhas, cenários paradisíacos, fruto de um imaginário construído por variados meios de propaganda nas últimas décadas, seja através de revistas, programas de televisão, *websites* (Borges, 2018), e, atualmente, redes sociais. Como toda atividade econômica, o desenvolvimento do turismo ocorre em detrimento do capital, ou seja, o seu desenvolvimento vai ser responsável por promover diversas contradições, e, por ser uma atividade que necessita consumir o espaço (Cruz, 2003), essas contradições também são espaciais. Logo, o turismo “vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas” (Coriolano, 2006, p. 368).

Investigando o processo de urbanização de Angra dos Reis, nota-se que a construção do trecho Rio-Santos da BR-101, na década de 1970, é um grande facilitador para o desenvolvimento das atividades turísticas, tornando toda a região costeira do Sul Fluminense e Norte Paulista alvo de grande interesse do setor turístico (Machado, 1995; Abreu, 2005). Por conta disso, desde antes da conclusão das obras da rodovia, o capital turístico, associado ao capital imobiliário, já estava atuando na região para ter a propriedade de diversas terras, principalmente, as porções entre a rodovia e o mar. Com isso, segundo Góis (2020), evidencia-se grandes intervenções dos agentes do turismo nas políticas públicas locais e no mercado de terras, desencadeando conflitos violentos e a grilagem de terras.

A partir da década de 1970 o turismo atua de forma mais intensa na produção espacial de Angra dos Reis, auxiliado pela construção da rodovia, e, concomitantemente, por facilidades e projetos do Estado, sendo o Projeto TURIS o mais conhecido dentre eles. Dessa maneira, o tipo de turismo promovido na porção continental do município, desconsiderando aqui a porção insular, tem o claro interesse de atender a um público com alto poder aquisitivo, um turismo de luxo. Assim sendo, nas terras adquiridas pelos capitais turísticos, nacionais e



estrangeiros, entre o mar e a rodovia, são construídos variados condomínios de segundas residências e resorts (Gois, 2020).

Esse tipo de turismo ofertado implica uma situação curiosa à Angra dos Reis, que apesar de ser reconhecidamente uma cidade turística, a cidade em si não é acessada por esses visitantes, pois ficam isolados em seus refúgios particulares. Essa peculiaridade torna-se um dos grandes desafios do poder público municipal, que a partir dos anos 1990, busca formas de diversificar a oferta de atividades turísticas, atraindo novos públicos e estimulando o consumo dos espaços da cidade. Essa iniciativa ganhou força devido a uma grande crise econômica que assolou o município na mesma década, decorrente da falência do grupo que gerenciava o Estaleiro Verolme. Diante desse cenário, o desenvolvimento do setor turístico, principalmente, na diversificação de sua oferta, torna-se uma alternativa interessante para a economia municipal. Dessa maneira, alguns investimentos pelo poder público são realizados, principalmente, na construção de atrativos turísticos e infraestruturas de suporte a essas atividades na região central.

A partir dos anos 2000, assume ao governo municipal uma chapa constituída pelo empresariado local, composta por empresários do setor alimentício, da construção civil e imobiliário, com o *slogan* “muda Angra”, objetivando inovação e usando o turismo como principal instrumento de mudança (Abreu, 2005). Com isso, o turismo se torna pauta principal do governo e recebe um massivo investimento, promovendo, assim, diversas alterações espaciais na cidade, concentrando os principais esforços na revitalização do centro da cidade. Desse modo, o governo municipal à época (2000-2008) realizou alguns projetos de revitalização na área central da cidade com o objetivo de “embeleazar” e, principalmente, atrair os visitantes para o consumo dos espaços urbanos angrenses.

No bojo dessas intenções, os espaços públicos do centro da cidade concentraram os principais esforços dessa agenda de projetos, dentre eles, a construção da Praça Zumbi dos Palmares. Com as obras concluídas em 2008, o projeto removeu o antigo mercado municipal e parte da Casa Larangeiras para a construção de uma ampla praça, mantendo o antigo mercado do peixe e construindo um “*oyster bar*”, para receber um restaurante de frutos do mar, na tentativa de implementar um polo gastronômico. Esse projeto, consistia em revitalizar o entorno do Mercado Peixe, patrimônio centenário da cidade, através da remoção de estruturas pouco utilizadas e em condições inadequadas para conceber um pólo gastronômico e um espaço capaz de receber atividades de fomento ao lazer e a cultura, intencionalizando o fomento ao turismo na cidade, ou melhor, o consumo dos espaços centrais da cidade.



As modificações promovidas pela realização do projeto transformaram esse espaço, tanto no ponto de vista material como imaterial. Somado a isso, a modificação de sua forma e a refuncionalização de algumas estruturas são importantes elementos para o estabelecimento de novos usos a esse espaço, ou seja, promove mudanças na apropriação desse espaço. Dessa maneira, esse projeto abriu novas possibilidades de usos para esse espaço, dentre elas a formação de um polo gastronômico, a feira e, principalmente, para eventos culturais, constituindo assim, um importante espaço público da cidade.

Diante disso, esse trabalho tem como objetivo discutir os principais usos contemporâneos da Praça Zumbi dos Palmares, enfatizando como lugar de lazer e cultura. Para esse fim, será necessário identificar os eventos e atividades realizadas cotidianamente; verificar como o poder público municipal encara esse contexto, se oferece apoio e incentivo ou não; e revelar os impactos das atividades para a comunidade que utiliza esse espaço. Portanto, essa pesquisa propõe um estudo intra-urbano de Angra dos Reis, analisando um importante espaço público da cidade, bastante acessado por residentes e visitantes.

METODOLOGIA

Para nortear a elaboração dessa pesquisa, foi necessário definir o caminho metodológico a ser seguido, ou seja, definir de onde surgiram as principais contribuições teóricas para a construção da pesquisa. Em vista disso, o principal referencial teórico deste estudo trata-se de Milton Santos (2004; 2017), pois é a partir das ideias do autor que pode-se compreender o espaço como um produto e produtor social, logo, o espaço não é entendido como neutro, mas sim dotado de intencionalidades. Junto a isso, é o autor que nos possibilita compreender o objeto de estudo como um lugar, o espaço do acontecer solidário, do evento. Por fim, compreende-se aqui o espaço público pelas suas funções, pelo contato com o diferente, um espaço democrático, no qual todos podem acessar, e, por isso, um espaço de conflitos (Gomes, 2012; 2018).

Posto isso, os processos metodológicos, para realização dessa pesquisa, se dividiram em três etapas: uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos utilizados; a pesquisa em periódicos locais e nos canais de comunicação da prefeitura sobre as atividades culturais desenvolvidas; e a realização de um trabalho de campo para identificar as atividades promovidas na Praça Zumbi dos Palmares, bem como as estruturas presentes. Cabe ressaltar, que objetiva-se a realização de entrevistas com os sujeitos que utilizam esse espaço, mas será



realizado em etapas futuras, pois ainda aguardamos a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), o qual nos impossibilita a realização dessa etapa no momento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como ponto de partida para a construção teórico-metodológica dessa pesquisa, tomamos o espaço como produto-produtor das relações sociais (Lefebvre, 2006), ou seja, entendemos que o espaço é resultado e promove diretamente a (re)produção da sociedade, seja em aspectos econômicos e/ou culturais. Veja, adotar essa perspectiva dialética nos permite ir além da perspectiva cartesiana do espaço, a qual o entende apenas como um palco das relações sociais, não como parte do processo de reprodução do capital. Por conta disso, ao assumir essa postura ativa, de ação, não há aqui a possibilidade de considerar o espaço como neutro, pois está carregado de intencionalidades e significados.

Além disso, compreender o espaço por esse par dialético, nos permite agregar maiores complexidades a esse conceito. Primeiramente, se ele participa efetivamente das relações de produção, logo, será afetado diretamente pelo desenvolvimento desses meios de produção ou pelo desenvolvimento das técnicas, nos termos de Santos (2017). Assim sendo, nota-se que se o espaço produz e é produzido por novos meios de produção e/ou relações de produção, ou seja, ele é modificado ao longo do tempo, transformado. Consequentemente, se há uma variação temporal, isso nos permite discutir uma história do espaço (Lefebvre, 2006).

Outro ponto importante que essa leitura dialética do espaço proporciona é o entendimento de que essa relação dialética também se dá no par espaço-sociedade. Dessa maneira, Lefebvre (2006) aponta que espaço e sociedade são distintos, mas interdependentes; logo, não há espaço sem sociedade e vice versa. Em concordância, Santos (2004; 2017) reforça a indissociabilidade entre espaço e sociedade, onde um não existe sem o outro. Por conta disso, “o espaço geográfico é também o espaço social” (Santos, 2004, p. 151).

Amadurecendo esse exercício de conceituação, pode-se conceber o espaço como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2017, p. 63). Por conseguinte, o espaço se transforma e se dinamiza de acordo com as interações entre os sistemas de objetos e sistemas de ações, onde um condiciona o outro, ou seja, são indissociáveis (Santos, 2017).

Dessa maneira, é necessário considerar que esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação está constantemente tensionado, em disputa, ou seja, estão



diretamente atrelados às intencionalidades (Santos, 2017). Portanto, a ação se dá no espaço e o espaço da forma a essa ação, onde estes estão carregados de intencionalidades, o que nos impossibilita de considerar o espaço separado da sociedade ou falar sobre uma neutralidade do espaço.

Entretanto cabe ressaltar que não são todas as ações que se realizam efetivamente no espaço, pois há uma disputa pela a realização das mesmas, ou seja, há uma disputa de forças pela produção do espaço (Santos, 2017). Devido a configuração do sistema capitalista, essa disputa se confirma de forma desigual, pois o comando das ações parte de estruturas diferentes e escalas diferentes. Massey (2000; 2008) relaciona esse processo com o que define como “geometrias de poder”, nas quais as relações sociais, e de poder, são divididas hierarquicamente, onde as estruturas sociais e de mobilidade priorizam a ordem hegemônica.

Logo, os indivíduos produzem e são produzidos pelo espaço de forma desigual, evidenciando uma disputa pela apropriação desse espaço, incluindo o desenvolvimento de técnicas de resistência. Portanto, não são todas as possibilidades que são realizadas, pois existem disputas para que se concretizem, em decorrência das intencionalidades. Além disso, cabe ressaltar que essas disputas pela produção do espaço ocorrem em diferentes escalas no mundo globalizado, onde decisões globais têm poder decisório no local e vice-versa, resultando na constituição de outro par dialético global-local (Santos, 2017).

Posto isso, entendemos o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, um espaço que é produto-produtor social, um espaço ativo, carregado de intencionalidades, e, claro, que necessita de uma base material para existir (Santos, 2004; 2017). A sua base material não deve, jamais, ser desconsiderada, pois o espaço consegue unir o simbólico e o material, dar significância às coisas, ou seja, apresenta tanto uma dimensão material quanto imaterial e, portanto, não deve ser reduzido a somente uma delas. “Em resumo, de um ponto de vista geográfico, o espaço é simultaneamente o substrato no qual são exercidas as práticas sociais, a condição necessária para que essas práticas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido” (Gomes, 2012, p. 21). Por conseguinte, o espaço, enfaticamente, é compreendido como ativo, histórico e político.

Compreendendo que o espaço é produto das relações sociais, reconhecemos que está em constante transformação, pois reflete as dinâmicas, contradições e as disputas entre os diferentes agentes envolvidos na sua produção. Aplicando essa perspectiva ao contexto urbano, nota-se que essas transformações ocorrem distribuídas de forma desigual, mas interligadas (Corrêa, 2004), refletindo diretamente na estrutura de organização espacial das cidades, revelando marcas das ações do presente junto às ações de tempos pretéritos. Assim



sendo, o espaço urbano é produto da acumulação de diferentes momentos históricos sobrepostos, ou seja, um produto histórico-social, mas, também, por conflitos que se desenvolvem cotidianamente, reivindicando acessos, usos e permanências.

Ao aplicarmos essa perspectiva ao urbano, encontramos a cidade como a materialização do processo de urbanização sem, contudo, considerar a cidade como sinônimo de urbano como bem frisou Lefebvre (2001) e Castells (2011), mas como a forma-conteúdo desse processo.

A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado (Carlos, 2007, p. 11).

Assim sendo, a cidade é um produto histórico-social que revela as marcas de diferentes momentos do processo de urbanização, ou seja, é uma representação concreta do *continuum* desse processo (Sposito, 2004). Reconhecer a indissociabilidade entre urbanização e cidade, permite situar a nossa perspectiva a um modelo espacial societal claramente definido e localizado em um recorte histórico. Ademais, compreender que a cidade é composta por sucessivos recortes do processo de urbanização sobrepostos ao longo do tempo, nos permite discutir uma história do espaço urbano e investigá-la através das *rugosidades* (Santos, 2017).

Esses pontos são fundamentais para a análise proposta nesta pesquisa, pois revisitamos o processo de urbanização de Angra dos Reis para compreender as dinâmicas urbanas atuais, bem como as problemáticas associadas. É a partir desse exercício que podemos identificar como o turismo assume papel decisório nos projetos urbanos municipais, alterando e promovendo novas dinâmicas aos espaços da cidade, dentre eles os espaços públicos.

Como grandes exemplos desses projetos urbanos, temos as famosas “revitalizações urbanas”, a qual o termo remete ao “processo de trazer ‘nova vida’ ou trazer ‘de novo’ dinâmicas perdidas” (Moura et al., 2006, p. 22). Já, Barreto (2013) aponta que os projetos de revitalização têm como objetivo promover novos usos, como comércio, lazer e turismo. Sendo assim, nota-se que esses projetos têm como objetivo retomar a animação de espaços urbanos, bem como estabelecer condições para o desenvolvimento de novos usos, principalmente, econômicos. Saindo do discurso do planejamento e aproximando da efetivação, Marques (2022) revela que os projetos de revitalização, em sua maioria, promovem a valorização de determinados espaços e/ou áreas da cidade, servindo mais como



um instrumento para a valorização urbana do que, realmente, revitalização. Além disso, muitos desses projetos são acompanhados por processos de gentrificação, onde a valorização urbana acaba por expulsar a população de baixa renda, restringindo, assim, o acesso a esses espaços e abrindo novas perspectivas para atuação do mercado imobiliário (Bataller; Botelho, 2012).

Em muitos casos, o turismo tem sido adotado como estratégia de desenvolvimento urbano, como é o caso de Angra dos Reis, ou do Porto Maravilha (Santos; Elicher, 2013) no Rio de Janeiro, onde essa lógica torna-se ainda mais evidente. Com isso, áreas estratégicas da cidade são transformadas, ou revitalizadas, a fim de promover novos usos econômicos e a fim de fomentar o mercado imobiliário, gerando novas possibilidades para esse segmento do mercado. Nesse sentido, ao tratarmos desses espaços transformados e ressignificados em função da atividade turística, estamos nos referindo aos espaços que passaram por um processo de turistificação, responsável por formar as áreas turísticas.

Dessa forma, o processo de turistificação (Leite, 2008) não apenas redefine o uso de certos espaços, como também impõe novas narrativas urbanas, voltadas ao consumo do lugar, dos símbolos, apropriando-se de elementos materiais e imateriais desses territórios (Coriolano, 2006). A Praça Zumbi dos Palmares insere-se nesse contexto como um exemplo concreto: sua transformação está ligada não apenas à tentativa de "embelezamento" da cidade, mas à reestruturação simbólica e funcional do centro urbano para atrair novos fluxos turísticos e econômicos.

A produção do espaço urbano, e da cidade, mediada por interesses contraditórios, nos permite compreender o espaço urbano como arena de conflito e constante negociação. A cidade é heterogênea e cerceada por interesses e necessidades contraditórias, uma complexidade que estabelece um campo de forças em constante tensão, onde distintos projetos de cidade se sobrepõem e disputam entre si.

Essas contradições envoltas na produção do espaço urbano e da própria cidade se expressam, ganham visibilidade, ou melhor, publicidade, justamente, nos espaços públicos. Pois, é nos espaços públicos que os indivíduos recorrem para manifestar a sua razão, suas opiniões, suas indagações, seus modos de vida, se expressam e se apresentam para o outro, ou seja, é onde se manifesta o princípio da publicidade (Gomes, 2012). Por conta disso, o espaço público é o lugar do conflito, da diferença, onde os indivíduos são postos em contraposição ao outro de forma pública. É a partir disso, que podem surgir soluções e/ou compromissos, além de intensificar os conflitos, mas as diferenças são postas em debate e as possibilidades são abertas.



Ademais, é no espaço público que ocorre uma participação efetiva das normas, sejam a normas institucionais e/ou normas definidas pelos grupos sociais que vivem esse espaço. Não obstante, é onde “se estabelecem os princípios e as condições segundo as quais uma norma pode ser razoável e legítima para o conjunto das pessoas que gozam dessa qualidade pública.” (Gomes, 2012, p. 25). Portanto, o espaço público é o lugar onde o agir cotidiano e o agir institucional confluem por meio de um agir comunicacional (Gomes, 2012), ou seja, nos espaços públicos prevalecem as práticas comunicacionais (Santos, 2017).

Em suma, as manifestações da vida social nos espaços públicos são maneiras de ser nesses espaços, capazes, portanto, de unir uma dimensão física de copresença a uma dimensão mais abstrata de comunicação social. Por isso, nunca é demais insistir: o espaço público pode ser visto simultaneamente como um lugar material e imaterial (Gomes, 2012, p. 26-27).

Em consequência disso, nota-se que cada espaço público apresenta uma singularidade, a qual é regulada de acordo com o público que o utiliza e o vivencia e, também, da sua base material, que influencia diretamente nas dinâmicas da vida pública cotidiana. Dessa forma, “uma cidade pode ter muitas praças, muitas ruas, muitos parques, mas cada um deles é animado por uma vida urbana e social diferenciada” (Gomes, 2020, p. 162). Como prova disso, basta pensar a relação entre a história das cidades com os espaços públicos, onde as praças e ruas representam os lugares de grande sociabilidade da vida urbana (Gomes, 2007; Moranta e Torres, 2012).

É justamente, devido a predominância das práticas comunicacionais, das horizontalidades (Santos, 2017), que os espaços públicos também se destacam como os espaços de sociabilidade, lazer e cultura dentro das cidades. Isso se dá, devido a participação da comunidade e dos diferentes agentes sociais nesses espaços, a partir da apropriação social desse espaço, garantindo assim, a sua unicidade. Além disso, a publicidade conferida a esses espaços os tornam ideais para que essas atividades não produtivas sejam realizadas, pois possibilita e fomenta o acesso ao lazer e à cultura. Portanto, os espaços públicos detêm grande importância para a vida urbana cotidiana, sendo o palco da sociabilidade, dos conflitos, do lazer e da cultura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para introduzir a discussão referente à Praça Zumbi dos Palmares é preciso retroceder algumas décadas na história da cidade para poder compreender a relevância desse espaço



público, bem como as suas transformações. Como apontado na introdução do trabalho, o município de Angra dos Reis teve seu processo de urbanização intensificado a partir da década de 1960, momento em que os grandes empreendimentos de infraestrutura são instalados e, posteriormente, a entrada do setor turístico como um agente produtor do espaço urbano. Desse modo, o espaço urbano de Angra, bem como a cidade, é fortemente produzido e orientado por essas atividades econômicas, no caso a indústria e o turismo.

Esse processo de urbanização, orientado pelos vetores citados, produz uma série de contradições pelo tecido urbano e social do município, principalmente, ao nos voltarmos ao centro da cidade, também reconhecido como o centro histórico. Uma dessas contradições se refere ao contraste dessas novas atividades, atreladas a demandas do capitalismo global, às atividades que eram exercidas na cidade, estas de ordem local. Outra contradição que se destaca diante desse contexto é o embate entre indústria e turismo, pois as atividades industriais aparecem de forma contraditória ao produto turístico divulgado referente à Angra, ou seja, a indústria (suja e feia) não se insere a imagem de paraíso tropical, da natureza intocada (Abreu, 2005; Borges, 2018). Assim sendo, essas contradições se expressam no espaço urbano angrense e, principalmente, se confrontam de acordo com os interesses de cada grupo social e seus respectivos projetos de cidade.

Com isso em mente, retomamos a área onde hoje está localizada a Praça Zumbi dos Palmares. Até o início do século XX a principal atividade econômica do município era o comércio de pescados, principalmente, a pesca de sardinha. Em vista disso, a câmara municipal encomendou a construção do Mercado do Peixe para o comércio de pescados, com suas obras concluídas em 1915 (Filho, 2004). Esse mercado foi construído no local chamado como Largo da Banca e, após a sua construção, Largo do Mercado, sendo a área do centro onde os pescadores chegavam de barco e comercializavam ali os seus pescados (Mendes, 2009). Desse modo, nota-se que essa área do centro da cidade é utilizada para essa finalidade desde o século XIX, denotando uma apropriação secular desse espaço por parte dos pescadores.

O Mercado do Peixe, ou mercado redondo, foi projetado e construído pelo capitão-engenheiro do Exército Rosalvo Mariano da Silva, o mesmo responsável pelo projeto do atual Colégio Naval (Filho, 2004). Possui formato ortogonal, com portas e janelas de ferro, oito boxes na parte exterior e uma coluna circular central, que funciona como apoio para a venda do pescado. Desse modo, compreendemos aqui o Mercado do Peixe como uma rugosidade (Santos, 2017) e, por meio dela, é possível compreender as modificações espaciais do seu entorno. Além disso, é a presença desse patrimônio histórico, bem como seu



tombamento, que garante a permanência dos pescadores nesse espaço, reafirmando o seu uso histórico.

O mar acessava diretamente o largo do mercado, ou seja, o mercado do peixe era situado na praia, a antiga praia do Kennedy. Com a intensificação do crescimento urbano do centro de Angra são realizadas algumas intervenções urbanas com o objetivo de aumentar o espaço disponível para as demandas da cidade e do capital global. Dessa forma, a expansão do centro urbano não se dá apenas em direção às vertentes da Serra Mar, mas também vai em direção ao mar por meio da realização de aterramentos. Portanto, ao final da década de 1960, o governo municipal realiza obras de aterramento, afastando o largo do mercado da costa, impossibilitando que os pescadores chegassem com seus barcos até as dependências do mercado do peixe (Filho, 2004).

A partir dessa intervenção urbana, são instalados ao redor do mercado redondo a Praça Duque de Caxias e o Mercado Municipal, ou mercado quadrado em menção ao seu formato. Assim sendo, a área que antes era conhecida como largo do mercado, é transformada na Praça Duque de Caxias, um espaço agora modernizado, contando com arborização e bancos ao redor do mercado do peixe (Mendes, 2009). Além disso, é construído em sua lateral o Mercado Municipal que, inspirado em outras cidades, foi destinado para o comércio de hortaliças, verduras, frutas e outros produtos alimentícios e artesanais. Com isso, se estabeleceu ali um importante espaço de comércio e socialização da população angrense, intensificando os usos já estabelecidos ali, ou seja, “foi preservado pelo uso continuado, embora sucessivos aterros o tenham afastado do mar” (Filho, 2004, p. 73).

Além disso, Filho (2004) aponta que o distanciamento do mercado redondo do mar impactou nos usos pelos comerciantes de pescados, mas a área se manteve em uso continuado pela renovação da vida urbana do local com a chegada do Mercado Municipal. Entretanto, a chegada dessa nova estrutura impôs novas funções a esse espaço público, atraindo novos grupos sociais e promovendo a diversificação dos seus usos.

Além do mercado quadrado, cabe aqui ressaltar outro edifício que compõe os arredores do Mercado do Peixe. A Casa Larangeiras, localizada na esquina da Praça Duque de Caxias (atual Praça Zumbi dos Palmares), é um grande sobrado de uso misto, pois preservava o uso residencial no andar superior, mas no andar inferior se configurava como uma casa comercial, o típico comércio onde tudo se encontra (Filho, 2004). Datada de 1832, recebe esse nome em referência à família Larangeiras, a qual era dona do imóvel. Manteve seu uso como espaço residencial e comercial até 1999, após o processo de turistificação esse imóvel teve outros usos destinados, o que será abordado mais à frente.



Com a entrada da gestão empresarial no governo municipal, o espaço da Praça Duque de Caxias e as condições dos edifícios em seu entorno não agradavam o poder público municipal, principalmente no que se refere ao seu valor estético. Filho (2004) aponta no seu estudo que as condições do Mercado Municipal e do Mercado do Peixe eram preocupantes, pois havia a acumulação de muito material inflamável e não havia plano de incêndio nas construções.

Em vista disso, o prefeito de Angra declarou em entrevista na época o descontentamento com o local e a necessidade de uma revitalização desse espaço, visando também, é claro, a valorização turística.

O Mercado Municipal deixou de cumprir a sua função original, que era a comercialização de frutas, legumes, verduras e outras mercadorias quando ainda não existiam os grandes supermercados. O espaço fica num ponto nobre da cidade, muito visitado por turistas, que precisa de revitalização - explicou Jordão³ (Araújo, 2008).

Com essa fala do prefeito, nota-se como, aos olhos do poder público municipal, o mercado municipal estava desatualizado e pouco utilizado, principalmente, em relação aos grandes supermercados. Sendo assim, esse ponto de vista apresentado revela como o avanço do capitalismo também impacta nas práticas mais locais, onde a competitividade imposta por esse tipo de empreendimento resulta na desmobilização de espaços amplamente utilizados antigamente.

Além disso, o prefeito reforça na sua fala a valorização da localidade, ao afirmar que fica em um ponto nobre da cidade, esse argumento apresentado é comumente utilizado no marketing de projetos de revitalização urbana (Marques, 2022). No entanto, temos como hipótese que a valorização dessa área está mais relacionada em revitalizar o patrimônio histórico presente em função da atividade turística do que para o capital imobiliário. Pois, observa-se o claro desejo em transformar essa área em um importante atrativo turístico no centro da cidade e não encontramos movimentos de especulação do mercado imobiliário sobre o local.

Em vista disso, em 2008, o governo municipal deu início ao projeto de revitalização do que hoje se constitui como Praça Zumbi dos Palmares. Para isso, foram realizadas obras de restauração dos prédios históricos, o Mercado do Peixe e a Casa Larangeiras, um processo que foi acompanhado pelo IPHAN (PMAR, 2008a). Junto a isso, foi realizado o processo de

³ Essa fala foi realizada pelo então prefeito de Angra, Fernando Jordão (2000-2008), no período de seus dois primeiros mandatos. O mesmo prefeito retornaria ao cargo em 2016 e permaneceria até o ano de 2024, completando quatro mandatos à frente do governo municipal.



desapropriação do Mercado Municipal, o qual foi demolido. Segundo o portal de notícias da PMAR (2008b), esse processo ocorreu por vias legais e os feirantes donos de boxes seriam devidamente indenizados, bem como receberiam da prefeitura as barracas para a continuidade de suas atividades. Entretanto, não há no documento informações referentes às tratativas do acordo de desapropriação e nem de elaboração do projeto, fato este que reforça a necessidade da realização da etapa de entrevistas para a elaboração deste trabalho.

Sendo assim, o antigo Mercado Municipal foi demolido dando espaço para a construção de uma ampla praça. Esta que passa a contar com um novo ordenamento espacial, com um piso totalmente modificado imitando o movimento das ondas, bancos, nova composição arbórea, uma estrutura para receber restaurantes e um prédio de dois pavimentos, o qual o primeiro andar consiste em boxes para o comércio de pescados e, o segundo, um *oyster bar*, um restaurante sofisticado. Junto a isso, ocorre as devidas reformas nos patrimônios históricos, o Mercado do Peixe, o qual continua destinado ao comércio de pescado, e a Casa Larangeiras, que foi transformada em um espaço cultural, destinado a receber exposições de arte, e também é sede do Ateneu Angrense de Letras e da Secretaria de Cultura e Patrimônio.

A nova configuração desse espaço estabelece uma nova forma, novas estruturas e novas funções. Com a finalidade de fomentar o turismo no local, emerge como estratégia transformar esse espaço público em um polo gastronômico e, aproveitando a relação histórica do lugar com o pescado, direcionou a temática para os frutos do mar. Assim sendo, são criadas áreas destinadas a restaurantes e bares, bem como o "*oyster bar*", este destinado a um público mais sofisticado.

Além das mudanças materiais, ocorre também a mudança simbólica do nome da praça, substituindo a homenagem ao Duque de Caxias pela figura do Zumbi dos Palmares. Essa mudança se deu em decorrência de uma conquista do movimento negro na cidade, o movimento YLÁ-DUDU, no qual propuseram na Câmara dos Vereadores a alteração do nome em estabelecimento de um referencial negro na cidade, conquistado ainda em 1995 (Melo, 2022). Entretanto, conforme aponta Valente (2009), apesar desse reconhecimento ter sido estabelecido por lei em 1995⁴, isso não se revelou na prática, exigindo uma mobilização do movimento negro pelo devido reconhecimento, bem como a instalação de um busto de Zumbi no local, materializando essa homenagem.

⁴ Lei ordinária de n. 477, de 6 de novembro de 1995, que alterou o nome da Praça Duque de Caxias para Praça Zumbi dos Palmares (Melo, 2022).



De acordo com as informações coletadas nos primeiros trabalhos de campo, voltadas à uma aproximação do local de pesquisa, foi possível observar alguns usos contemporâneos desse espaço público. Dessa maneira, foi possível constatar que o Mercado do Peixe ainda continua com a sua funcionalidade característica, o comércio de pescado, mas desempenha suas atividades apenas pelo turno da manhã, se estendendo até às 14h apenas aos sábados, devido a realização da feira.

A feira de hortaliças, frutas e verduras, que era realizada dentro do Mercado Municipal, não ocorre mais no espaço da praça. Desse modo, aos sábados, ocorre a feira com produtos artesanais, como queijos, linguiças e biscoitos, a maior parte proveniente do Estado de Minas Gerais, logo, não são produtos feitos por produtores locais. Já na feira dos artesanatos, verificou-se a presença de artigos de artesãos locais (vestuário, brinquedos e acessórios). Por fim, identificamos também barracas destinadas à alimentação, como pastel e crepe. Em relação aos sujeitos que trabalham com essas atividades na praça, foi possível identificar que as atividades relacionadas ao comércio do pescado são realizadas por homens e, nas barracas das feiras, a predominância é das mulheres, principalmente, nas barracas de artesanato.

Referente aos bares e restaurantes instalados na praça, notamos um funcionamento constante dos bares e restaurantes ao lado da praça. Esses bares são direcionados a um público diversificado e ofertam, também, atividades de entretenimento como shows de pagode e apresentações de música ao vivo. Dessa forma, são bastante utilizados na parte da tarde e da noite, oferecendo outros atrativos ao público que acessa esse espaço, diversificando, ainda mais, as atividades ali desenvolvidas.

Referente ao “*Oyster bar*”, identificamos que não está em funcionamento, em todas as saídas a campo que realizamos, no final do ano de 2024 e início de 2025. Entretanto, isso já foi identificado como um comportamento comum em relação a essa infraestrutura, pois houve algumas tentativas de estabelecer ali bares e restaurantes, mas nenhuma delas conseguiu se manter funcionando continuamente. Portanto, esse equipamento instalado durante a concepção do projeto de revitalização, nos parece um tanto quanto intrigante, o que pretendemos investigar futuramente por meio da etapa de entrevistas com os agentes do governo municipal.

Outro elemento bastante relevante percebido durante a realização dos campos é a forma que esse espaço público é utilizado para sediar eventos públicos, relacionados à cultura, ao esporte e lazer. Além da Casa Laranjeiras, que se consolidou como espaço cultural, o espaço aberto da praça também é utilizado para essas atividades. Como exemplo, se verifica a



presença da Praça Zumbi dos Palmares dentro dos itinerários dos blocos de rua durante o carnaval, a realização de atividades no dia da consciência negra (PMAR, 2024a), bem como palco para o projeto instrumental na praça, que conta com a apresentação do grupo Regional Choro Caiçara. Esta atividade ainda recebe maior relevância no contexto local, pois os feirantes e pescadores se pronunciaram a favor do projeto, pois a apresentação musical atrai um público maior e, conseqüentemente, aumentam suas vendas (PMAR, 2024b). Além disso, outro elemento que confere essa característica como espaço pujante para a cultura na cidade é a administração da Praça estar sob responsabilidade da Secretaria de Cultura e Patrimônio da prefeitura de Angra dos Reis.

Por conseguinte, através dos estudos levantados e dos dados coletados com as saídas à campo foi possível perceber que a Praça Zumbi dos Palmares é um importante espaço público da cidade de Angra dos Reis. Apresenta, principalmente, aos fins de semana intensos e diferentes, contando com uma oferta diversificada de produtos econômicos, além de possibilitar o acesso democrático à cultura. Ademais, hipotetiza-se que, apesar de ter passado por um processo de turistificação, com mudanças direcionadas ao fomento ao turismo, esse espaço é mais utilizado pela população residente, em suas práticas cotidianas, do que propriamente um território turístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Praça Zumbi dos Palmares, aqui construída, evidencia como os espaços públicos urbanos são produzidos e reconfigurados em meio às contradições impostas pelo processo de urbanização, tensionados pelas intencionalidades dos diferentes agentes produtores do urbano. Planejada como parte de um projeto de revitalização voltado à valorização do centro da cidade e à atração de fluxos turísticos, a praça revela-se um espaço apropriado em suma maioria pela população residente, assumindo funções que extrapolam as intenções iniciais do poder público municipal. Assim, essa dinâmica reforça a perspectiva do espaço como produto e produtor das relações sociais, marcado pela disputa entre os agentes estatais, empresariais e populares.

Constatou-se, que a Praça Zumbi dos Palmares se consolidou como um importante espaço de lazer, cultura e sociabilidade, onde feiras, atividades culturais e manifestações populares coexistem com bares, restaurantes e equipamentos voltados à lógica do consumo. Além disso, também se observa como essa praça se tornou palco e símbolo para o movimento social negro, reforçando a importância do espaço público para a esfera política. Ademais, a



contradição entre os usos turísticos projetados e as práticas cotidianas reafirmam o caráter do espaço público como arena de conflitos simbólicos, econômicos e políticos (Gomes, 2012; 2018). Nesse sentido, o estudo demonstra que, mesmo submetidos a processos de turistificação, os espaços públicos preservam a capacidade de resistência e de reinvenção por meio da apropriação social.

Os resultados parciais coletados sugerem que a praça é mais utilizada pela comunidade local do que pelos turistas, hipótese que deverá ser aprofundada na etapa de entrevistas ainda a ser realizada. Dar voz aos diferentes sujeitos que produzem e vivenciam esse espaço será fundamental para compreender as disputas e negociações em torno do seu uso, ampliando o entendimento sobre como a turistificação impacta a vida urbana cotidiana.

Por fim, destaca-se que o estudo realizado oferece subsídios para refletir sobre outras cidades brasileiras em que a turistificação redefine os espaços públicos, seja referente a sua forma material ou em relação aos usos e acessos. Portanto, compreender esses processos permite problematizar políticas públicas urbanas que privilegiam interesses econômicos em detrimento do direito à cidade, ressaltando a importância de reconhecer os espaços públicos como lugares de memória, identidade, diversidade e resistência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, C. V. **Urbanização, apropriação do espaço, conflitos e turismo: um estudo de caso de Angra dos Reis**. 2005. 165f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

ARAÚJO, P. R. Angra dos Reis começa a demolir o antigo mercado municipal. Extra, 09 abr. 2008. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/angra-dos-reis-comeca-demolir-antigo-mercado-municipal-1-492142.html>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BARRETTO, M. Revitalização Urbana, lazer e turismo. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 5, n. 4, p. 592-601, 2013.

BATALLER, M. A. S.; BOTELHO, M. L. O Estudo da Gentrificação. **Continentes**, n. 1, p. 9-37, jul. 2012.

BORGES, R. S. **O mar, o paraíso e a lógica privatista de organização espacial como elementos formadores do turismo classe A no litoral sul fluminense**. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.



CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: uma prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amália; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Laura (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciencia Sociales: São Paulo, p. 367-378, dez. 2006.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Ática. S.A, 2004.

CRUZ, R. C. A. **Introdução a Geografia do Turismo**. Rio de Janeiro: Roca, 2003.

FILHO, D. S. A. **Angra dos Reis: monumentos históricos entre a indústria e o paraíso**. 2004. 197f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GÓIS, M. P. F. Turismo, território e urbanização: uma reanálise do caso do município de Angra dos Reis e da região turística da Costa Verde (RJ). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-26, 2020.

GOMES, M. A. S. De largo a jardim: praças públicas no Brasil - algumas aproximações. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 101-120, 2007.

GOMES, P. C. C. Espaços Públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 19-42.

GOMES, P. C. C. Espaço Público, Espaços Públicos. **GEOgraphia**, Niterói: PPGeo/UFRJ, v. 20, n. 44, set./dez. p. 115-119, 2018.

GOMES, P. C. C. Espaços Públicos e Territórios. As relações entre espaço e poder na Geografia. **Punto Sur**, v. 1, p. 153-169, 2020.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 1. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 4. ed., 2000) Primeira versão: fev. 2006.

LEITE, N. K. **Turismo e Território: um estudo sobre a turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a partir da Geografia do Turismo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

MACHADO, L. O. **Diagnóstico Sócio-Ambiental do Município de Angra dos Reis**. Rio de Janeiro: Convênio Furnas-Ufrj, 1995.

MARQUES, M. A. Reflexões sobre os usos do termo “revitalização urbana” em pesquisas da geografia. **GEOGRAFIA**, Rio Claro (SP), v. 47, n. 1, p. 1-16, 2022.



MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Orgs.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

MELO, W. S. **“O Grito Negro”: memória e resistência do grupo de consciência negra YLÁ-DUDU em Angra dos Reis**. 2022. 180f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2022.

MENDES, A. **Ouro, incenso e mirra**. Narrativas históricas sobre Angra dos Reis. Angra dos Reis: Ateneu Angrense de Letras e Artes, 2009.

MORANTA, T. V.; TORRES, H. B. La noción de espacio público y la configuración de la ciudad: fundamentos para los relatos de pérdida, civilidad y disputa. **Polis**, v. 11, n. 31, 2012.

MOURA, D. *et. al.* A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n. 12-13, p. 13-32, 2006.

PMAR. Demolição Mercado Municipal. **Notícias PMAR**, 09 abr. 2008a. Disponível em: https://portal.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=40433&IndexSigla=imp. Acesso em: 20 jun. 2025.

PMAR. Mercado do Peixe foi revitalizado. **Notícias PMAR**, 09 out. 2008b. Disponível em: https://portal.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=41112&IndexSigla=imp. Acesso em: 20 jun. 2025.

PMAR. Angra celebra Dia da Consciência Negra. **Notícias PMAR**, 15 nov. 2024a. Disponível em: <https://angra.rj.gov.br/noticias/15-11-2024/angra-celebra-dia-da-consciencia-negra>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PMAR. Chorinho na Praça Zumbi dos Palmares vai continuar. **Notícias PMAR**, 13 mar. 2024b. Disponível em: <https://angra.rj.gov.br/noticias/13-03-2024/chorinho-na-praca-zumbi-dos-palmares-vai-continuar>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia à uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 2002. 7. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, T.; ELICHER, M. Turismo e Produção do Espaço na Cidade do Rio de Janeiro. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 3, 2013.

SOBARZO, O. A Produção do Espaço Público: da dominação à apropriação. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006.



SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo**. 2004. 508 p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

VALENTE, K. Praça Zumbi dos Palmares: falta o reconhecimento oficial. **Tribuna Livre**, 2 dez. 2009. Disponível em:
<https://tribunalivrejornal.com.br/praca-zumbi-dos-palmares-falta-o-reconhecimento-oficial/>.
Acesso em: 20 jun. 2025.